Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Dias, Marly de Jesus Sá
Pereira, Bárbara Cristina

A intensificação da ameaça aos direitos da população trans e travesti frente ao avanço da extrema direita no Brasil

http://hdl.handle.net/11067/8316
https://doi.org/10.34628/R5CC-RA14

Metadados

Data de Publicação	2025
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Minorias sexuais - Brasil, Minorias - Estatuto legal, leis, etc. - Brasil, Extrema direita - Brasil
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 65 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-24T20:08:12Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

A INTENSIFICAÇÃO DA AMEAÇA AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI FRENTE AO AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

THE INTENSIFICATION OF THE THREAT TO THE RIGHTS OF TRANS AND TRANSVESTITE PEOPLE IN THE FACE OF THE ADVANCE OF FAR RIGHT IN BRAZIL

Marly de Jesus Sá Dias
Assistente Social, Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
estre em Educação pela UFMA e Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA
ORCID: 0000-0001-5925-728X

Bárbara Cristina Silva Pereira
Assistente social
Mestre em Políticas Públicas pela UFMA
Especialista em atenção à Saúde da Mulher
ORCID: 0000-0002-2681-9730

DOI: https://doi.org/10.34628/R5CC-RA14
Data de submissão / Submission date: 28.05.2025
Data de aprovação / Acceptance date: 31.07.2025

Resumo: Analisa-se, no contexto brasileiro, a relação entre o crescimento da perseguição contra a população trans e travesti e o avanço das ideias defendidas pela extrema direita no país. Além disso, por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória, subsidiada por revisão bibliográfica e documental, aponta-se, com base no materialismo histórico-dialético, a importância do debate para o conhecimento do Serviço Social, tendo como horizonte seu projeto ético-político e a defesa intransigente dos direitos humanos. Observa-se que o aumento dos ataques transfóbicos, orquestrados sobretudo pelo extrema direita, tem sido acompanhado de estratégias de resistência por parte da população trans e travesti. O Serviço Social se apresenta como importante aliado nesta luta coletiva, comprometido ética e politicamente com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: População trans; Perseguição; Extrema direita; Resistência; Serviço social.

Abstract: The article analyzes the relationship between the growth of persecution against the trans and transvestite people and the advancement of ideas defended by the far right in Brazil. In addition, through exploratory qualitative research, supported by a bibliographic and documentary review, the article points out, based on historical-dialectical materialism, the importance of the debate for the understanding of Social Work, with its ethical-political project and the uncompromising defense of human rights as its horizon. It is observed that the increase in transphobic attacks, orchestrated mainly by the far right, has been accompanied by resistance strategies on the part of the trans and transvestite population. Thus, the Social Work presents itself as an important ally in this collective conflict, ethically and politically committed to the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: Trans population; Persecution; Far right; Resistance; Social work.

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar, no contexto brasileiro, a relação entre o crescimento da ameaça aos direitos da população trans e travesti e o avanço das ideias defendidas pela extrema direita, com destaque à importância deste debate para o Serviço Social. Entende-se que a trajetória de lutas e conquistas por parte da população trans e travesti brasileira, avançada nos anos 2000, sofre duros ataques a partir da ascensão da extrema direita no Brasil nos últimos 10 anos, com consideráveis descontinuidades no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Utiliza-se o termo "população trans e travesti" no título deste trabalho a partir do reconhecimento, expressado por Nascimento (2021), de que a palavra "trans", entendida como um termo guarda-chuva, pode englobar transexuais, travestis, mulheres transgêneras, homens transgêneros, pessoas não-binárias e outras identidades de gênero dissidentes[1]. A identidade travesti é uma identidade feminina latino-americana, mais antiga. Segundo Carvalho (2011), a identidade travesti, apresentada no masculino até meados da década de 1990 no Brasil, era tida pejorativamente como um "homossexual efeminado", atrelada à prostituição e ao crime. A ressignificação do nome, na busca por transformar históricos estereótipos, é resultado da luta de muitas travestis brasileiras. Por esse motivo, reforçamos sua utilização no título e corpo deste ensaio, ao lado do termo guarda-chuva "trans".

[1] Considera-se identidades de gênero dissidentes aquelas atribuídas a pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado no momento do nascimento. Importante destacar que gênero é diferente de orientação sexual e que um não depende necessariamente do outro. A orientação sexual se refere ao campo da atração afetiva e/ou sexual, já a identidade de gênero diz respeito à forma como as pessoas se entendem, se reconhecem e se expressam no mundo.

Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa qualitativa exploratória, com aportes bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias e a busca por hipóteses em relação a um problema ainda pouco conhecido, assumindo na maioria dos casos a forma de pesquisa bibliográfica (Gil, 2010). O método de análise utilizado foi o materialismo histórico-dialético, por entender que o objeto de estudo está inserido em um processo dinâmico de transformações, em totalidade com as relações sociais e a luta de classes e com vistas à construção de uma outra ordem social.

A seguir, apresenta-se, inicialmente, breve análise sobre a relação entre a ameaça aos direitos da população trans e travesti e o avanço da extrema direita no Brasil a partir de alguns marcos temporais, com destaque ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Logo após, indica-se a importância do tema para o conhecimento do Serviço Social, apresentando as conclusões sobre o estudo.

2. A ameaça aos direitos da população trans e travesti e o avanço das ideias defenidas pela extrema direita no Brasil: breves considerações

A trajetória da população trans e travesti brasileira é marcada por perseguições, lutas, avanços e desafios. Na história recente, durante a ditadura militar no país (1964-1985), havia um projeto de higienização social e cultural que considerava as travestis uma ameaça à ordem vigente. Utilizando a justificativa da "vadiagem", a polícia realizava prisões e abordagens arbitrárias às pessoas sem emprego formal que estivessem nas ruas em determinados locais e horários, sendo grande parte delas prostitutas. Na imprensa e demais redes midiáticas, as travestis eram vinculadas à perversão e ao crime.

Nesse sentido, a construção do Movimento de Travestis no Brasil se dá, inicialmente, por meio de duas vertentes: o enfrentamento à violência policial e a luta pela prevenção e tratamento ao HIV/AIDS. No entanto, é somente na década de 1990 que se observa

a organização dos Movimentos Transexuais e Travestis de forma mais consolidada. A década de 1990 foi atravessada principalmente pela necessidade de organizar e articular melhor essa população, a fim de expandir o movimento e criar novas lideranças. Era urgente a necessidade de discutir e encaminhar as demandas da população trans e travesti, bem como suas propostas, ao poder público. A efervescência dos movimentos sociais em direção à redemocratização política na década anterior, em um cenário de desgaste dos governos militares no Brasil, possibilitou maior poder de reivindicação da população trans e travestis junto aos representantes públicos.

Desde a promulgação da Constituição Federal brasileira, de 1988, lutava-se por maior proteção jurídica, aspecto que só retoma com força no início do século XXI. É somente no primeiro governo do Presidente Lula (2003-2006) que a população trans e travesti tem as maiores conquistas e direitos garantidos, fruto de sua longa trajetória de luta e reivindicações. Isso porque os primeiros governos do presidente Lula (2003-2010) são acompanhados por uma maior permeabilidade dos movimentos sociais progressistas com o Estado brasileiro[2] (Passos e Garcia, 2021).

As experiências construídas ao longo das últimas três décadas do século XX, em suas contradições e ambivalências, foram essenciais para a conquista de direitos da população trans e travesti nos anos 2000 e o consequente amadurecimento de seus movimentos sociais. Ainda assim, a relação deste com o Estado brasileiro permanece atravessada por contradições, conectada à realidade social. Entre os anos de 2010 e 2020, ao mesmo tempo em que cresceram os ataques baseados numa suposta "ideologia de gênero"[3], como

[2] Em 2004, é lançada a campanha "Travesti e Respeito", construída pelo Movimento de Travestis e Transexuais em diálogo com o Ministério da Saúde. A data do lançamento da campanha no Congresso Nacional, 29 de janeiro do mesmo ano, é hoje comemorada como o Dia da Visibilidade Trans no Brasil. A ação foi considerada histórica, pois, pela primeira vez, travestis e transexuais de todo o país ocupavam o Poder Legislativo em prol dos seus direitos. Após o ato, várias entidades do movimento se organizaram e saíram pelas ruas a fim de denunciar a transfobia. A iniciativa também demonstrou "a capacidade do Movimento em estabelecer diálogos estratégicos do ponto de vista político-institucional" (Passos & Garcia, 2021, p. 44).

[3] A questão de gênero, a partir da colisão ultraconservadora na política brasileira, tem

resposta aos avanços conquistados pela população trans e travesti na cena política, também se observa um *boom* de candidaturas parlamentares trans.

A intensificação dos ataques aos direitos da população trans e travesti coincide com a escalada do ultraconservadorismo no Brasil, a qual ganha impulso a partir do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Os defensores do ultraconservadorismo intensificaram pautas de intolerância à diversidade humana, com ataques ao debate de gênero, se apresentando como posição político-ideológica supostamente neutra – o que dificulta sua identificação enquanto movimento organizado (Souza, 2016).

Esse cenário ganha contornos ainda mais dramáticos com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), cuja candidatura estava vinculada ao campo político da extrema-direita no Brasil. O governo, marcado por ataques aos direitos humanos e às minorias, deu continuidade à desestruturação do Estado Democrático de Direito sob a ótica neoliberal. Identifica-se, como já mencionado anteriormente, a intensificação do combate à "ideologia de gênero", sobretudo por meio da consolidação de políticas públicas de caráter familista, em que família se apresenta como responsável central pelo bem- estar de seus entes.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado neste período pela Ministra e pastora evangélica Damares Alves, teve papel fundamental nas tentativas de sedimentação de uma política anti-LGBT+. Valendo-se do fundamentalismo religioso, levantou pautas conservadoras transformadas em políticas de Estado, como: a defesa da família patriarcal, o combate à diversidade sexual e de gênero e a criminalização do aborto em todas as situações. Os principais campos de disputa ocorreram no âmbito da educação, dos direitos sexuais e reprodutivos e das relações internacionais.

Foi também durante o governo Bolsonaro que, a partir da reorganização da estrutura do poder executivo, foram extintos o Conse-

sido atacada por meio do "truque" da "ideologia de gênero", o qual tenta apagar e manipular discussões complexas e heterogêneas dos estudos de gênero e sexualidades e das teorias feministas, estimulando o pânico moral na sociedade (Mattos, 2018).

lho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+ e o Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT+. Os anos que se seguiram (2023-2025), ainda que marcados por profundos acirramentos político-ideológicos no campo da luta de classes, foram palco da continuidade dos ataques aos direitos da população trans e travesti.

Atualmente, sob o terceiro governo do Presidente Lula (2023-2026), registra-se segmentos dentro do poder legislativo, com forte apelo popular, organizados politicamente e ligados ao campo da extrema direita, os quais tem atuado e focado suas campanhas no combate ao chamado discurso da "ideologia de gênero", afetando diretamente os direitos da população trans e travesti e promovendo atos de transfobia.

De acordo com levantamento do jornal "Folha de São Paulo" (2024), há pelo menos 77 leis municipais e estaduais antitrans em vigor em 18 estados do Brasil, sendo que mais de um terço entrou em vigor em 2023. Os proponentes das leis alegam que o conteúdo está relacionado à "liberdade religiosa" e à "proteção a crianças e adolescentes", quando, na verdade, se trata da institucionalização da transfobia.

Das 77 leis, 5 são na esfera estadual e 72 na esfera municipal. Quando se observa as leis por categoria, 30 tratam da proibição da linguagem neutra, 26 do uso de banheiros públicos exclusivamente com base no sexo biológico, 14 sobre limitações à abordagem sobre gênero nas escolas, 2 sobre participação de pessoas trans em esportes, 2 sobre publicidade, 2 sobre "Paradas LGBTI+" e 1 sobre saúde. A pesquisa também mostrou o crescimento exorbitante na aprovação de tais leis, visto que em 2015 foram identificadas somente 4 leis antitrans.

Sobre projetos de lei, a situação é ainda mais preocupante: foram 293 proposições em 2023 – 124 na esfera municipal, 124 na estadual e 45 na federal. Até o momento, 245 ainda estão em tramitação, 30 foram arquivados, 7 aprovados e 11 promulgados. Os principais partidos dos autores dos projetos foram: Partido Liberal - PL (91), Republicanos (29), União Brasil (23), Progressistas - PP (17) e Movimento Democrático Brasileiro - MDB (8). Importante destacar que o PL é o partido político do ex-presidente Jair Bolsonaro, com forte viés direitista.

Um dos principais direitos conquistados pela população trans e travesti no Brasil refere-se à regulamentação de cirurgias de modificação corporal na rede pública de saúde. No entanto, mais recentemente, em 16 de abril de 2025, foi publicada a Resolução n. 2.427, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que aumenta de 16 para 18 anos a idade permitida para realização dos bloqueadores hormonais e de 18 para 21 anos a idade permitida para realização de cirurgias de modificações corporais. Além disso, condiciona a hormonização exclusivamente à avaliação e ao acompanhamento de equipes médicas focais, ignorando a competência das equipes de Atenção Primária à Saúde no sistema público e o fato de que grande parte da população trans e travesti não tem acesso à medicina especializada.

Diante desse panorama, revela-se um cenário nacional perigoso para a população trans e travesti, marcado por violências e discriminações e pela ameaça à sua existência. Não à toa o Brasil, pelo 17º ano consecutivo, figurou em 2024 como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo, segundo o Dossiê: Registro Nacional de Mortes de Pessoas Trans no Brasil (Benevides, 2025). Tal realidade apresenta-se como grande desafio aos e às profissionais de Serviço Social, aspecto que abordaremos em seguida.

3. Contribuições dodebate para o Serviço Social

O Serviço Social, enquanto campo profissional inserido e determinado na história da sociedade capitalista, tem como base de sua fundação ideocultural e objeto de trabalho e estudo as expressões da questão social – atividade descrita e avaliada por Iamamoto (2000) como uma potencialidade. Importa, portanto, compreender a gênese das desigualdades sociais, dissociando-as do caráter conservador que as interpreta como problemas sociais individuais. Para a autora, as desigualdades sociais são "indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder", isto é, "são [também] o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais" (Iamamoto, 2000, p. 59).

Na qualidade de trabalho especializado, o Serviço Social possui um efeito socialmente necessário, sendo mais social que material – embora incida em ambos, direta ou indiretamente. Com isso, evidencia sua relevância no processo de reprodução da força de trabalho e nas relações sociais dela decorrentes. Ao Serviço Social, cabe atuar nas expressões da questão social, as quais emergem da relação contraditória entre capital e trabalho, bem como elaborar e desenvolver respostas e ações qualificadas que atendam as demandas trazidas pelos usuários nos mais variados serviços e equipamentos sociais, sejam elas explícitas ou implícitas.

Nesse contexto, o atual projeto ético-político do Serviço Social, construído coletivamente em 1993 com contribuição de diversos protagonistas (conselhos profissionais, academia, trabalhadores e estudantes), expressa a autoimagem da profissão e aponta uma direção social de enfrentamento diante das demandas sobre as quais opera, estabelecendo balizas que medeiem sua relação com os sujeitos em sociedade. Como consequência, "[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central" (Netto, 2006, p. 15). Por estar comprometido com a construção de uma nova ordem societária, verdadeiramente democrática, o caráter político que guia o exercício profissional assume uma concepção pluralista, a qual afirma a defesa intransigente dos direitos humanos, se posiciona em favor da equidade e da justiça social e defende a autonomia e emancipação dos sujeitos. Seu compromisso com a classe trabalhadora é um marco na trajetória da profissão, uma vez que o conservadorismo nunca esteve completamente ausente do Serviço Social, mas sim em um constante processo de correlação de forças – os quais ganham novos rumos diante da escalada da extrema direita no Brasil e no mundo.

No campo do debate profissional, é preciso ter atenção quanto às antigas tentativas de renovação de práticas assistencialistas, acríticas e pragmáticas, que possuem como objetivo final não a superação da ordem vigente, mas a integração da classe trabalhadora à lógica mercantil do capital. O sucateamento das políticas sociais no Brasil, sob a continuidade da política econômica neoliberal e a partir de um conjunto de medidas estatais voltadas à responsabiliza-

ção das famílias pelo seu próprio cuidado (Soares e Ricoldi, 2022), é um dos exemplos desta realidade.

Dessa forma, tendo em vista o projeto ético-político da profissão e a materialização de seus componentes à nível nacional (o Código de Ética da/o assistente social de 1993, a Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/1996), compreender os rebatimentos da ameaça aos direitos da população trans e travesti significa também fortalecer o exercício profissional ético e comprometido com uma sociedade livre de quaisquer formas de opressão, dentre elas a de gênero. Conforme o Conselho Federal de Serviço Social brasileiro (CFESS, 2018), os/as assistentes sociais devem não apenas refletir criticamente acerca dos padrões de gênero normativos, mas também promover uma cultura de respeito à diversidade.

É nesse sentido que a função pedagógica do Serviço Social se torna essencial enquanto estratégia para construção de novas formas de agir e pensar a sociedade. Para isso, salienta-se a importância da formação de alianças políticas com vistas à alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade, a partir dos interesses da classe trabalhadora, assim como a necessidade de "inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia com ampliação de direitos sociais fundados em princípios de democratização da gestão pública, universalização dos atendimentos e justiça social" (Abreu, 2002, p. 161).

A breve conjuntura apresentada neste resumo, de tensão e acirramento no campo dos direitos e das políticas sociais, traz reflexões aos/às assistentes sociais, atingindo a categoria duplamente: pelas relações e condições vivenciadas pelos usuários dos serviços, dentre eles a população trans e travesti, e pela precarização de suas próprias condições de trabalho. O cenário apresentado no tópico anterior revela um ambiente hostil às pessoas trans e travestis, o qual, direta ou indiretamente, contribui para diversas formas de violência, inclusive a autoprovocada.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil - ANTRA (Benevides, 2024), a maior parte das vítimas trans e travestis assassinadas no país é jovem, negra, pobre e expressa publicamente o gênero feminino. A prostituição e aparências não normativas de gênero são consideradas fatores de risco para os crimes, que costumam acontecer em vias públicas, com uso excessivo de violência. A subnotificação é um dos principais desafios diante desse contexto, já que, além da falta de rigor nas investigações e consequente dificuldade em identificar os suspeitos, os crimes contra pessoas trans e travestis é comumente tipificado de forma incorreta.

O caráter legitimado do discurso antigênero, uma das principais pautas da extrema direita no Brasil e no mundo, com declarações oficiais, medidas institucionais e propostas legislativas, tem sido alavanca para o aumento dessas violências. No entanto, não é sem resistências que a população trans e travesti tem enfrentado o panorama atual. Isso tem refletido sobretudo na sua organização política e maior atuação no poder legislativo do país.

Conforme mencionamos no início deste artigo, entre os anos de 2010 e 2020, o aumento dos ataques sistemáticos à população trans e travesti foi acompanhado pelo crescimento de candidaturas por pessoas trans ao poder legislativo. Segundo dados da ANTRA, foram 89 candidaturas em 2016 e 294 em 2020, um salto de 226%. Em 2016, 8 pessoas trans foram eleitas, ao passo que em 2020 foram 31, um aumento de 275%. Em 2024, foram mais de 600 candidaturas trans para o cargo de vereador(a), sendo 28 candidaturas eleitas, número ainda que pouco expressivo considerando o cenário nacional, porém significativo, uma vez que a primeira travesti eleita no Brasil foi Katia Tapety, em 1992.

Em 2023, 20 parlamentares criaram a primeira bancada nacional LGBTI+, com o objetivo de combater os ataques orquestrados pelos representantes da extrema direita. A bancada conta com as deputadas federais, mulheres trans e travestis, Erika Hilton e Duda Salabert e as deputadas estaduais Linda Brasil, Dani Balbi e Carolina Iara – única parlamentar intersexo nas Américas. As resistências precisam, assim, ser construídas coletivamente. É nesse sentido que o Serviço Social deve caminhar.

4. Considerações finais

Este breve ensaio buscou apresentar conexões para a compreensão das estratégias e motivações por trás da perseguição aos direitos e à existência das pessoas trans e travestis no Brasil, orquestrados pela extrema direita e com implicações para o trabalho dos/as assistente sociais. Os ataques aos direitos humanos se fortalecem diante da crise do capital e do ressurgimento de investidas conservadoras e restritivas à liberdade e dignidade humanas, tanto no campo internacional como nacional. Por esse motivo, o Brasil não é caso isolado. A ofensiva da extrema direita contra pessoas trans ocorre no mundo todo.

As deturpações intencionais acerca da questão de gênero, pautadas no viés biológico de gênero e na defesa da família patriarcal, parece ser a principal estratégia para justificar a anulação dos direitos historicamente conquistados pela população trans e travesti. Por trás do discurso moralista, o ataque aos direitos humanos faz parte de um projeto de sociedade, alinhado aos interesses do capital, que tem como objetivo central o esfacelamento da justiça e equidade social.

Os ataques às minorias sociais devem ser analisados de forma crítica pelo Serviço Social, pois apresentam rebatimentos não apenas no cenário social, mas na execução de seu trabalho nos diversos espaços ocupacionais. Nesse contexto, a construção individual e coletiva de resistências junto aos movimentos sociais contra-hegemônicos, alinhados aos princípios do atual projeto ético-político da profissão, surgem como indicação para a defesa dos direitos fundamentais à igualdade, à liberdade, à tolerância e à dignidade da pessoa humana.

Referências bibliográficas

Abreu, Marina (2002). *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez.

Benevides, Bruna (2024). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag,

ANTRA.

_____. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.

Resolução nº 845, de 26 de fevereiro de 2018. *Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador*. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf

Folha de São Paulo (2024). *Brasil tem pelo menos 77 leis antitrans em vigor em 18 estados*. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/brasil-tem-pelo-menos-77-leis-antitrans-em-vigor-em-18-estados.shtml

Gil, Antônio Carlos (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Iamamoto, Marilda (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* (3ª ed). São Paulo: Cortez.

Mattos, A. (2018). Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. *Psicologia Política*, 18(43), 573-586.

Nascimento, Letícia (2021). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.

Netto, J. P. (2006). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In Mota, A. E., Bravo, M. I., Uchôa, R., Nogueira, V. M., Marsiglia, R., Gomes, L., & Teixeira, M. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. (pp. 1-22). São Paulo: Cortez.

Passos, M.C., & Garcia, C.C. (2021). Entre Inexistências e Visibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020). *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 4(14), 32-53.

Soares, F., &2). A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39, 1-22.

Souza, J. (2016). *Tendências ideológicas do conservadorismo*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pernambuco.